

ATA N.º 10/2016**Data da reunião ordinária: 18-04-2016****Local: Sala de Reuniões da Câmara Municipal****Início da reunião: 14:30 horas****Términus da reunião: 19:30 horas****A respetiva ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa à presente ata.****Membros da Câmara Municipal do Entroncamento presentes na reunião:****Presidente:** Jorge Manuel Alves de Faria**Vereadores:**

Ilda Maria Pinto Rodrigues Joaquim
Rui Pedro Dias Gonçalves (em substituição de Maria Isilda Videira Nogueira da Silva Aguincha)
Carlos Manuel Pires Rei Amaro
José David da Silva Ribeiro
Carlos Manuel Godinho Matias
Tília dos Santos Nunes

Outras Pessoas:**Responsável pela elaboração da ata:****Nome:** Ana Gertrudes Marques Ramos**Cargo:** Assistente Técnica**Faltas justificadas:****Faltas por justificar:****Resumo diário da Tesouraria: 15-04-2016****Operações Orçamentais: 384.591,80****Operações não Orçamentais: 276.297,04**

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

- Não houve intervenção do público.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO

(Artigo 52.º da Lei n.º 75/2013 de 19/9 e art.º 7.º do Regimento da C.M.E.)

O Exmo. Presidente deu início ao “Período de Antes da Ordem do Dia”, tendo sido feitas as seguintes intervenções:

1 – EXMO. PRESIDENTE

a) Deu conhecimento da comunicação da Vereadora Sra. Maria Isilda Videira Nogueira da Silva Aguincha, na impossibilidade de participar na reunião de Câmara Municipal do Entroncamento de 18 de abril de 2016 e seguintes, previsivelmente, até 6 de maio, por motivos de saúde, a solicitar a suspensão do seu mandato ao abrigo da alínea a), ponto 3 do artigo 77.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação que lhe é dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, tendo sido substituída pelo membro seguinte na lista, Rui Pedro Dias Gonçalves. (MGD-4008/16)

b) Presente a Informação de Atividades desenvolvidas pelo Presidente e Executivo, no período de 05 a 18 de abril de 2016:

«No dia 05 de abril, estive presente na Câmara Municipal Felgueiras, onde decorreu a reunião do conselho Fiscal da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, como membro substituto do Vogal do Conselho Fiscal, Presidente do Município de Gavião, José Pio. A reunião foi seguida de um almoço a convite do Presidente da Câmara de Felgueiras.

Pelas 18 horas, decorreu a Inauguração da Exposição coletiva da autoria dos alunos do 12.º Ano do Curso de Artes Visuais da Escola Secundária, onde estive presente a Sra. Vice-Presidente e a Sra. Vereadora Tília Nunes.

No dia 06 de abril, pelas 15 horas, realizou-se no Gabinete da Proteção Civil do Entroncamento, uma reunião da Comissão Municipal Defesa da Floresta Contra Incêndios (CMDFCI), para a apresentação do Plano Operacional Municipal (POM) do concelho do Entroncamento, reunião presidida pelo Vereador Carlos Amaro.

Ainda nesse dia, a convite da Brigada Mecanizada, estive presente, conjuntamente com a Vice-Presidente, Vereador Carlos Amaro e Vereadora Tília Nunes, no 38º Aniversário Brigada Mecanizada, que decorreu no Teatro Virgínia em Torres Novas, pelas 21 horas. O Concerto foi composto pela atuação da Banda Militar do Porto em conjunto com o Grupo de Folclore Mirandês Galandum Galundaina.

No final do dia decorreu, mais uma iniciativa Night Runner’s – a correr ou a caminhar, com concentração no Pavilhão Desportivo Municipal, em parceria técnica com o CLAC.

No dia 7 de abril, no âmbito das comemorações do “Dia Mundial da Saúde, realizou-se uma caminhada no Parque Verde do Bonito, com a participação dos utentes dos Lares da Santa Casa da Misericórdia, da Associação dos Lares Ferroviários, do Centro de Convívio da Terceira Idade, classe de Ginástica sénior do CLAC e da Turma do 1.º ano do Curso Profissional de Técnico Auxiliar de Saúde, do Agrupamento de Escolas Cidade do Entroncamento, evento que contou com a participação da **Vereadora Tília Nunes**.

No dia 8 de abril, pelas 11horas, decorreu na DGEST a Inauguração da Exposição de Trabalhos elaborados pelos alunos do Agrupamento de Escolas - intitulada: “O Entroncamento, o Tempo, o Espaço e as Gentes”, onde esteve presente a Vereadora Tília Nunes.

Nesse dia, estive presente num Almoço/Reunião com o Comando da Engenharia Manutenção Militar.

Pelas 14.30h do dia 8 de abril, foi simbolicamente inaugurada a Feira de Abril, que decorre no Recinto Multiusos, até dia 25 de abril. Estive **presente** com Chefe de Gabinete Mário Balsa e os Vereadores Carlos Amaro e Tília Nunes. Esteve também presente o Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista. No dia 10 de abril entre as 10h e as 12h, a população escolar, até aos 12 anos, pode usufruir gratuitamente nas diversões da Feira.

Ainda dia 8 de abril, pelas 21horas, decorreu mais uma edição “Conversas com café ...”, realizou-se como habitualmente na Biblioteca Municipal, intitulado “Como eu vivi/vejo o 25 de abril de 74”, dedicado às vivências dos representantes dos partidos com assento na Assembleia Municipal. A edição contou com a presença do Vereador Carlos Amaro e Vereadora Tília Nunes e os moderadores da edição foram João Lérias (PS), José Baptista (PSD), Luís Grácio (BE), Mário Rodrigues (PCP) e Pedro Gonçalves (CDS).

No dia 09 de abril de 2016, a convite do Correio do Ribatejo, esteve presente na Sessão de Abertura das Comemorações do 125.º Aniversário desse jornal, o Chefe de Gabinete Mário Balsa em minha representação, evento que ocorreu no Salão Nobre do Município de Santarém.

No dia 12 de abril de 2016, estive presente nas Cerimónias Comemorativas do 98º Aniversário da “Batallha de La Lys e Dia do Combatente”, convite formulado pela Liga dos combatentes e que decorreu junto ao Monumento aos mortos da I Grande Guerra, no concelho de Vila Nova da Barquinha.

No dia 13 de abril de 2016, estive presente no evento “Vila Joya no Douro” evento gastronómico no Comboio Presidencial. Evento que decorreu com saída e chegada na Estação de S. Bento.

Ainda no dia 13 de abril de 2016, decorreu a Apresentação do Plano de Operações Distrital do Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Florestais 2016 (DECIF), com a presença do Secretário de Estado da Administração Interna, Dr. Jorge Gomes, no Auditório do Centro de Estágios e Formação Desportiva de Rio Maior, onde esteve presente o Vereador Carlos Amaro.

No final do dia decorreu, mais uma iniciativa Night Runner’s – a correr ou a caminhar, com concentração no Pavilhão Desportivo Municipal, em parceria técnica com o CLAC.

Na manhã do dia 15 de abril de 2016, estive presente na reunião do Conselho Intermunicipal da CIMT, na sede em Tomar, reunião com a presença do Secretário de Estado da Administração Interna, para a assinatura do protocolo de Promoção da Segurança Rodoviária com a CIM MT. A reunião seguida de almoço com todos os intervenientes na mesma.

Ainda nesse dia, a Vice-Presidente e a Vereadora Tília Nunes, estiveram presentes na tomada de dos Órgãos Sociais da UDIPSSS – União das Instituições Particulares de Solidariedade Social de Santarém, cerimónia que decorreu no Auditório Professor Vaz Portugal no Vale de Santarém.

Igualmente nessa noite, decorreu o evento Miss & Mister Escola Secundária do Entroncamento, no Pavilhão Desportivo Municipal. A convite da Associação de Estudantes, e em representação do Município, fez parte da mesa do júri a Vereadora Tília Nunes.

No domingo, dia 17 de abril de 2016, a convite do CLAC – Clube de Laser Aventura e Competição, integrei a comissão de honra do " XXIII Torneio de Natação Cidade do Entroncamento", que decorreu na Piscina Municipal. No período da manhã foram entregues os prémios aos nadadores e no final da cerimónia os troféus às equipas participantes.»

2 – VEREADOR SR. RUI GONÇALVES

Referiu acerca da recolha seletiva do lixo no Ecoporto da rua Francisco Sá Carneiro (junto à Av.^a das Forças Armadas) a recolha deste Ecoporto não é feita com regularidade, para que a Câmara informe a Resitejo.

O Exmo. Presidente disse que iria fazer chegar esta informação à Resitejo. Esclareceu, também que foi feita uma candidatura na área dos resíduos com o objetivo de melhorar os comportamentos de cidadania nesta área, melhorar o espaço físico com enquadramento mais adequado onde estão localizados os contentores.

3 – VEREADOR SR. DAVID RIBEIRO

a) Questionou sobre o arranjo do pavimento à saída do túnel no sentido Sul/Norte, por baixo do viaduto, se foi feito pelo empreiteiro ou pela Câmara.

Ao que o Exmo. Presidente esclareceu que foi feito pelo empreiteiro porque era da sua responsabilidade.

b) Ainda, acerca das árvores no cemitério, já foram feitas pequenas correções, mas alerta para a situação das mesmas virem a cair para cima das campas.

O Vereador Sr. Carlos Amaro, esclareceu que o perigo da queda das árvores no cemitério foi minimizado com a colocação de estacas e que lhe custa cortar estas árvores.

Por último o Exmo. Presidente, apresentou a seguinte Moção:

«O Tribunal de Luanda decidiu condenar no passado dia 28 de março 17 ativistas políticos a penas de prisão que variam entre os dois anos e três meses e os oito anos e seis meses. É uma sentença pesada para jovens e académicos que certamente têm ainda um contributo importante a dar para o desenvolvimento de Angola.

Entre os ativistas condenados encontra-se o cidadão luso angolano Luaty Beirão. Dois dos condenados estão já há vários dias em greve de fome e as suas condições de saúde agravam-se de forma preocupante.

Os jovens foram presos em junho de 2015, alegadamente por estarem a discutir ideias sobre democracia, com base no livro “Da Ditadura à Democracia”, de Gene Sharp.

A democracia não pode existir sem a liberdade de expressão e de reunião. A crítica e discussão públicas sem constrangimentos são pilares centrais da democracia.

A própria declaração constitutiva da CPLP e os seus Estatutos sublinham a importância do respeito pela Democracia, pelo Estado de Direito e pelos Direitos Humanos. É este o espírito que deve orientar os Estados-membros da CPLP, procurando sempre aprofundar esses princípios e valores.

O Ministério Público e os advogados de defesa anunciaram que iriam recorrer da decisão, o que mantém em aberto a esperança de o processo vir a ser reconsiderado.

Desta forma, a CME, reunida a 18/04/2016, pronuncia-se a favor da condenação de todas as situações de totalitarismos e abuso de poder, lamentando a situação a que se assiste e que atenta contra princípios elementares da democracia e dos Estados de Direito, em Angola, fazendo votos para que esta seja corrigida.

Após aprovada, esta moção deve ser enviada:

1. Ao Governo de Portugal;
2. À Assembleia da República;
3. À Assembleia Municipal para conhecimento em plenário;
4. À Junta de Freguesia de S. João Baptista;
5. À Junta de Freguesia de N. S. de Fátima; e
6. À comunicação social.»

- A Câmara, após discussão deste assunto, deliberou por maioria, aprovar esta Moção e proceder de acordo com a mesma.

- 6 votos a favor dos Vereadores Srs. Rui Gonçalves, Carlos Matias, Carlos Amaro, Tília Nunes, Vice-Presidente Ilda Joaquim e Exmo. Presidente e 1 voto contra do Vereador Sr. David Ribeiro.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

O Vereador Sr. David Ribeiro, fez a seguinte declaração de voto:

«Reafirmando a defesa do direito de opinião e manifestação e dos direitos políticos, económicos e sociais em geral, o PCP sublinha a importância do respeito da soberania da República de Angola, do direito do seu povo a decidir – livre de pressões e ingerências externas – o seu presente e futuro, incluindo da escolha do caminho para a superação dos reais problemas de Angola e a realização dos seus legítimos anseios. Reiteramos a defesa dos direitos e garantias dos cidadãos angolanos – não se pronunciando sobre as motivações dos cidadãos angolanos envolvidos neste processo, nem sobre a forma como as autoridades competentes angolanas intervieram no decurso deste – o PCP reitera a sua consideração que cabe às autoridades judiciais angolanas o tratamento deste ou de outros processos que recaiam no seu âmbito, no quadro do normal funcionamento das suas instituições e de acordo com a sua ordem jurídico-constitucional.

Não esquecendo a longa guerra de subversão e agressão externa que foi imposta ao povo angolano e que tantos sofrimentos e destruição causou, o PCP não acompanha campanhas que, procurando envolver cidadãos angolanos em nome de uma legítima intervenção cívica e política, visam efetivamente pôr em causa o

normal funcionamento das instituições angolanas e desestabilizar de novo a República de Angola, com a invocação de argumentos e pretextos já utilizados para justificar a ingerência externa exercida sobre outros países, nomeadamente no continente africano.»

O Vereador Carlos Matias, fez a seguinte declaração de voto:

«Para o Bloco de Esquerda, os direitos humanos são inquestionáveis e devem ser invioláveis. Seja na Síria ou na Venezuela; seja contra católicos na Arábia Saudita, contra democratas em Angola; seja contra os comunistas na Hungria ou na Polónia. Não aceitamos que alguém seja punido, mais a mais com pesadas penas de cadeia, na sequência da simples leitura de um livro, seja ele qual for, num processo eivado de irregularidades e por um delito pelo qual não haviam sido sequer acusados e, portanto, do qual não poderiam defender-se.

Onde quer que os direitos humanos sejam atacados e violados, seja em nome do que for --- religião ou etnia, nacionalidade ou opção política --- é toda a humanidade que é atacada.

E não é por não podermos defender todos que deixamos de ter o direito e o dever de defender alguns, os que podemos.

É por isso que votaremos favoravelmente a moção, reforçando-a com um apelo à libertação dos condenados por delito de opinião, em Angola.

Quanto ao desafio do vereador David Ribeiro, fico à espera da Moção sobre a Síria.»

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

LEITURA E APROVAÇÃO DE ATA

- Foi presente a ata da reunião de 04 de abril de 2016, que foi aprovada, por unanimidade, tendo sido dispensada a sua leitura por ter sido distribuída previamente a todos os membros da Câmara Municipal.
- O Vereador Sr. Rui Gonçalves, não participa na votação da aprovação da ata desta reunião, por não ter estado presente na mesma, de acordo com o n.º 3 do art.º 34.º do CPA.

EXPEDIENTE DIVERSO

PONTO 1

3826/16 – ASSOCIAÇÃO DE ESTUDANTES DA ESCOLA SECUNDÁRIA DO ENTRONCAMENTO – MISS E MISTER ESCOLA – PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO

- E-mail, de 08 de abril de 2016, da Associação de Estudantes da Escola Secundária do Entroncamento, a solicitar a isenção do pagamento das taxas de recinto improvisado e especial de ruído, para a realização do evento “Miss e Mister Escola”, no dia 15 de abril de 2016.

Sobre este assunto, o Exmo. Presidente proferiu o seguinte despacho:

«Ao abrigo da competência prevista no n.º 3 do art.º 35.º da lei 75/2013, de 12 de setembro, isento o pagamento da taxa sujeito a ratificação pela Câmara. Enviar à Reunião para ratificação do despacho.»

- A Câmara, deliberou, por unanimidade, ratificar este despacho.
- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

OUTROS ASSUNTOS

PONTO 2**3923/16 – PRESTAÇÃO DE CONTAS 2015**

Presentes para aprovação os documentos de prestação de contas do município do Entroncamento referentes ao exercício económico de 2015, integralmente elaborados, que englobam:

- Relatório de gestão
- Notas ao balanço e à demonstração de resultados
- Caracterização da entidade
- Contas de ordem
- Desdobramento das contas de provisões acumuladas
- Demonstração de resultados financeiros
- Demonstração de resultados extraordinários
- Modificações ao orçamento – Receita e Despesa
- Modificações ao Plano Plurianual de Investimentos
- Contratação administrativa – situação dos contratos
- Transferências correntes – Despesa
- Transferências de capital – Despesa
- Transferências correntes – Receita (Subsídios à exploração)
- Transferências de capital – Receita (Subsídios ao investimento)
- Mapa de Empréstimos
- Outras dívidas a terceiros
- Controlo orçamental da receita
- Controlo orçamental da despesa por económica
- Controlo orçamental da despesa por orgânica
- Execução do plano plurianual de investimentos
- Execução das Atividades Mais Relevantes
- Execução das GOP'S
- Balanço
- Demonstração de resultados
- Fluxos de caixa
- Operações de tesouraria
- Resumo diário de tesouraria
- Balancete do razão
- Relação nominal dos responsáveis
- Relação dos emolumentos notariais e custas de execuções fiscais
- Orçamento (resumo)
- Síntese e reconciliações bancárias
- Organograma
- Regulamento e quadro do pessoal
- Mapas de amortizações do exercício
- Certidões
- Mapa dos fundos de maneo
- Relação de funcionários em situação de acumulação de funções
- Apuramento de custos por funções
- Relatório de acompanhamento e monitorização do PAEL

Os documentos citados encontram-se devidamente arquivados, estando disponíveis para consulta quando para tal forem solicitados.

Não foram elaborados os mapas referentes a subsídios concedidos, conforme são definidos pelo POCAL, e a ativos de rendimento fixo e ativos de rendimento variável, devido à inexistência de movimentos.

- Pelo Exmo. Presidente foram prestados, os seguintes esclarecimentos:

«Queria realçar dois ou três aspetos: o primeiro é a continuação da redução substancial do nível de endividamento do nosso Município, que, no final do ano 2015, atingiu 11.785,655€ (onze milhões, setecentos e oitenta e cinco mil, seiscentos e cinquenta e cinco euros), um valor substancialmente inferior àquele que foi alcançado no final do ano de 2012, que, recorde-se, esta Câmara excedeu, ainda que pontualmente, o limite de endividamento legal, por razões que tiveram alguma justificação e, neste momento, face ao trabalho deste executivo, podemos dizer que este Município apresenta uma margem absoluta de endividamento de 5.612.407€ (cinco milhões seiscentos e doze mil quatrocentos e sete euros), ou seja, estamos abaixo do limite de endividamento neste montante. Este é um aspeto a realçar, a continuação do esforço de redução do nível de endividamento do nosso Município.

Outro aspeto é que o esforço da redução do prazo médio de pagamentos se mantém, ainda que não se tenha alcançado muito na redução, mas continuamos abaixo dos 90 dias e também não temos pagamentos em atraso, o que é outro aspeto relevante.

Paralelamente a esta redução do endividamento, este Município, tal como aconteceu em 2014, continua a desenvolver esforços de investimento substanciais, tendo o investimento, no ano de 2015, sido ligeiramente mais baixo que o de 2014, mas atingiu quatro milhões e dezasseis mil euros de investimento, o que nos parece notável, na medida em que estamos a diminuir substancialmente o endividamento e estamos a conseguir manter níveis de investimento iguais àqueles que foram a média dos investimentos dos últimos seis, sete ou oito anos.

Outro aspeto, também relevante, é que, ainda não tanto como desejávamos, mas temos vindo a aumentar substancialmente as Taxas de Execução Orçamental, em que as taxas de execução das receitas e da despesa corrente já foi acima de 90%, a global não foi ainda tão elevada e cifrou-se em 75,5, não foi ainda mais elevada porque, em termos dos Fundos Comunitários, o ano 2015 foi um ano de alguma forma difícil, porque conseguimos concluir um conjunto de obras do Quadro anterior e, contrariamente ao que era a nossa expectativa, das restantes Câmaras e muitas entidades nacionais, o novo Quadro Comunitário tarda a começar em força, não um conjunto de obras que tínhamos pensado poderem ser iniciadas em 2015, inseridas no novo Quadro Comunitário, não foram por essa via porque os avisos não saíram, algumas situações nem foram qualificadas e, mais grave, estamos em abril, quase em maio, e ainda há situações para clarificação dos Quadros Comunitários, nomeadamente relativamente aos investimentos, quer na questão da eficiência energética, quer na iluminação pública, quer nos edifícios, que ainda hoje não estão clarificados e ainda hoje são poucos os avisos que foram publicados naquilo que são investimentos para a nossa cidade e daí a taxa de execução orçamental da componente do investimento não foi tão forte como gostaríamos, entre outras razões, por essa que foi a principal razão. Esperamos que, ainda que com este atraso, 2016 nos permita recuperar e estamos a trabalhar com esse objetivo, recuperar parte desses investimentos que deviam ter sido iniciados no ano de 2015.

Outro aspeto que penso que também é relevante foi a redução de um conjunto de rubricas dos custos, em que a obtenção de um resultado de exploração de 2015 tem um resultado positivo de 1.014,378€ (um milhão catorze mil trezentos e setenta e oito euros).

Obviamente que um aspeto relevante, todo este trabalho é um trabalho deste executivo, de toda a Câmara e de todos os funcionários, a quem também aproveito para enaltecer e valorizar nesta reunião.»

- A Câmara, após análise e discussão deste assunto, deliberou, por maioria, aprovar a prestação de contas do município do Entroncamento referentes ao exercício económico de 2015, de acordo com a proposta de aplicação de resultados conforme ponto 7 do Relatório de Gestão, e rubricar todos os documentos que compõem a mesma.

- Mais deliberou, nos termos da alínea l) n.º 2 art.º 25.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, submeter as contas à apreciação e votação da Assembleia Municipal.

- 5 votos a favor dos Vereadores Srs. David Ribeiro, Carlos Amaro, Tília Nunes, Vice-Presidente Ilda Joaquim e Exmo. Presidente e 2 abstenções dos Vereadores Srs. Rui Gonçalves e Carlos Matias.

- O Vereador Sr. Carlos Matias apresentou a intervenção que se encontra no anexo (2.1) à presente ata.

- Foram feitas as seguintes declarações de voto:

- Do Vereador Sr. Rui Gonçalves:

«As Receitas Correntes registaram o maior valor do período em análise com uma execução de 91,24 %.

Muito deste “sucesso” se deve ao comportamento da rubrica Impostos Indiretos nomeadamente ao IMT com um grau de execução de 125,27%, ou seja, de cerca de €700.000, embora grande parte desta verba se deva a uma única operação de cerca de €400.000.

Quanto à Derrama, esta continua em queda desde 2012. As medidas que este Executivo tentou implementar para atração de novos negócios bem como para o incentivo à criação de novos postos de trabalho tem produzido efeito zero. Será porventura a hora de mudar o modelo e arranjar soluções que efetivamente vão ao encontro dos desejos das empresas e empresários.

Ainda em relação às Receitas Correntes mas na rubrica Impostos Diretos há que realçar, pela negativa, a rubrica Loteamentos e Obras, com uma execução de apenas 1,92%(!!!). Os processos abaixo transcritos, a saber

- ASAS INVEST = 276.426,44 € (Processo 01/12)

- MSC = 106.888,25 € (Processo 02/09)

- Trindade e Martins = 306.590,94 € (Processo 15/12)

- Zone Soft = 6.720,96 € (Processo 5/82)

deveriam providenciar ao Município uma verba de €855.676, dos quais só €16.460,70, entraram efetivamente.

Foi uma situação para a qual alertamos, mas que compreendemos, pois, estes valores serviriam, como no passado, para equilibrar um Orçamento em que o investimento tinha um peso demasiado grande para o Município, como bem foi explicado pelo Sr. Presidente do Município na reunião de apresentação do

Relatório de Gestão 2015. Pena que outros, agora presentes neste Executivo, não tenham tido a mesma compreensão que agora demonstramos.

Quanto à rubrica **Rendas**, estranha-se o valor dos pagamentos do Café no Centro Cultural de apenas €6.824,44, valor que consideramos baixo em função das rendas aplicáveis e sobre o qual gostaríamos de ser esclarecidos.

Pela positiva e na rubrica Recolha e Tratamento de Efluentes existe uma diminuição significativa, sobretudo devido à anulação do saneamento cobrado a mais e que totaliza uma poupança de 542.946,96 €, referentes à diferença entre os valores medidos e os valores faturados pela Águas do Centro (atual Águas de Lisboa e Vale do Tejo - ALVT).

Já as Receitas de Capital, registaram a redução mais acentuada dos últimos 5 anos, sendo a principal razão a Venda de Bens de Investimento, com um desvio de -81,10 % e nas Transferências de Capital, mais concretamente na rubrica FEDER e contratos-programa, com um desvio global de 59,32 %, levando a uma execução de 47,77%.

Destaca-se também neste âmbito a rubrica Outras Receitas de Capital, com uma execução de 437,86%, devido ao acionamento das garantias bancárias à firma Nogueira & Matias no valor de cerca de €200.000.

Nas Atividades Mais Relevantes (AMR) realçam-se dois itens que nos causam alguma estranheza pelo seu baixo ou nulo grau de execução, a saber:

- ♣ Turismo - atividades diversas com um financiamento definido de €6.861,00 no qual só foram efetivamente investidos €572,48, ou seja, com uma execução de 8,34%, e
- ♣ Comércio - atividades diversas com um financiamento definido de 22.345,00 e onde foram investidos exatamente €0,00.

Em relação ao primeiro item, encorajamos o Município a desenvolver atividades que visem a promoção efetiva da identidade do Entroncamento: os Fenómenos e os Comboios. Porquê criar novas tradições quando não estimamos e promovemos as que tão bem nos caracterizam. Se a primeira, os Fenómenos, tem vindo a ser negligenciada ao longo dos tempos, a segunda, os Comboios, também não tem tido a promoção que merece. Seria eventualmente interessante ligar as duas temáticas e realizar uma Festa Anual que as promovesse e, por conseguinte, promovesse a Cidade do Entroncamento.

Em relação ao segundo item, gostaríamos de sugerir entre outras atividades de apoio ao comércio, a realização de mais Noites de Comércio aberto, da fixação definitiva das Feiras de Velharias no espaço coberto do Mercado Municipal, bem como a alocação da iniciativa Viver o Comércio em dias de chuva para o mesmo espaço.

Também sugerir, e porque a verba é consonante com o proposto, reforçar a “oferta de Natal” com som ambiente.

Na Aferição do Limite da Dívida Total, a dívida total, retirando as operações de tesouraria, teve uma variação negativa de 11,65 %. estão incluídas as entidades participadas pelo município.

À data de 01/01/2015 a contribuição destas entidades para a dívida bruta municipal era de 48.325 € e à data de 31/12/2015 essa contribuição passou para 77.124 € Para este facto contribuiu de forma volumosa os €62.392 de dívida da ADIRN - Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Norte, os quais, segundo palavras do Sr. Presidente do Município, estariam a ser negociados para não integrarem a dívida total deste Município. Pelos vistos as negociações foram infrutíferas...

Também realçar o facto do Prazo Médio de Pagamento, ter reduzido já neste mandato 38 dias (122 para 84) ou seja reduziu-se em ¼ o respetivo prazo. Os indicadores de gestão continuam preocupantes, embora moderadamente controlados.

Pelo facto de ser um documento técnico que espelha as opções do Executivo do Partido Socialista, votamos pela abstenção!»

- Do Vereador Sr. David Ribeiro:

«Apesar da CDU ter alertado em devido tempo que iria votar contra as contas de 2015, devido à dívida da Resitejo não estar refletida na dívida total da C.M.E., votarei favoravelmente apesar de a situação se manter, porque a C.M.E. compromete-se a deixar um saldo disponível que pode em qualquer momento, ser utilizado para este efeito.

Acrescentando ainda que da nossa parte tudo fizemos para que esta situação estivesse já resolvida.»

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 3

3608/16 – PROTOCOLO DE ACORDO – CEDÊNCIA TEMPORÁRIA E GRATUITA DE TERRENO PARA ESTACIONAMENTO PÚBLICO MUNICIPAL

- Presente o Protocolo de Acordo, a celebrar entre o Município do Entroncamento e António João Sousa Almeida, e que se transcreve:

A SABER:

«**Assunto:** Cedência Temporária E Gratuita De Terreno Para Estacionamento Público Municipal

Considerando:

1- A necessidade de criação de estacionamento público na zona centro do Entroncamento;

2- Que o Sr. António João Sousa Almeida é proprietário do prédio sito na Rua Rui Luís Gomes, freguesia de S. João Baptista, descrito na Conservatória do Registo Predial do Entroncamento sob o n.º 819 e inscrito na matriz rústica sob o artigo n.º 59.º Secção “E”, conforme assinalado na planta anexa (anexo 1);

É celebrado o presente Protocolo de Acordo que se fica a reger pelos termos e condições estabelecidos nas Cláusulas seguintes:

Cláusula 1.^a

- O Sr. António João Sousa Almeida compromete-se a ceder, a título provisório, o terreno identificado no Ponto 2, assinalado na planta constante do anexo 1, autorizando que o mesmo seja utilizado, temporariamente, para estacionamento público;

Cláusula 2.^a

- O Município do Entroncamento compromete-se a proceder à regularização do referido terreno bem como a contemplar 3 estacionamento que ficarão reservados para utilização privada do Sr. António João Sousa Almeida.

Cláusula 3.^a

- O Município do Entroncamento compromete-se ainda a devolver o terreno ao Sr. António João Sousa Almeida no prazo de 1 mês, após solicitação por parte do mesmo.»
- A Câmara tomou conhecimento.
- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 4

3749/16 - PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE GESTÃO INCLUINDO OS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS - ACUMULAÇÃO DE FUNÇÕES

- A Câmara, no âmbito do “Plano de Prevenção de Riscos de Gestão incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas”, deliberou, por unanimidade, autorizar a acumulação de funções, nos termos previstos nos artigos 22.º e 23.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, ao funcionário Carlos José Marques Filipe, na qualidade de Técnico Superior, a exercer a atividade de Treinador de Hóquei em Patins e/ou outras atividades desportivas.
- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 5

3891/16 – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DA ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DO MUNICÍPIO DO ENTRONCAMENTO

- Da Secção dos Recursos Humanos, foi presente uma proposta de alteração aos artigos 10.º, 11.º e 14.º do Regulamento da Organização dos Serviços do Município do Entroncamento.
- A Câmara deliberou por maioria, aprovar e rubricar as alterações a este Regulamento e enviar à Assembleia Municipal.
- 5 votos a favor dos Vereadores Srs. David Ribeiro, Carlos Amaro, Tília Nunes, Vice-Presidente Ilda Joaquim e Exmo. Presidente e 2 votos contra dos Vereadores Srs. Rui Gonçalves e Carlos Matias.

Foram feitas as seguintes declarações de voto:

- Do Vereador Sr. Rui Gonçalves:

«Voto contra, pois considero que é a Assembleia Municipal que compete definir, sobre proposta da CME, das competências, da área, dos requisitos de recrutamento, conforme o n.º 3 do artigo 4.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto.»

- Do Vereador Sr. Carlos Matias:

«Votei contra porque o artigo 11.º, tal como está, a Assembleia Municipal não define, de facto, as áreas de intervenção do Chefe de Unidade, como estipula a Lei.»

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 6

2326/16 – HASTA PÚBLICA PARA ARREMATACÃO DO DIREITO DAS LOJAS N.ºS 11, 16, 17, 18, 19, 39, 47 E 49 DO MERCADO MUNICIPAL - ATA

- Presente a Ata da hasta pública de arrematação de direito de ocupação das lojas n.ºs 11, 16, 17, 18, 19, 39, 47 e 49 do Mercado Municipal, que se transcreve:

«Aos oito dias do mês de abril do ano de dois mil e dezasseis, nesta cidade do Entroncamento, Edifício dos Paços do Concelho, no seguimento da deliberação de sete de março do corrente ano, precedida da publicação do respetivo Edital, para atribuição do direito à ocupação das lojas número onze, dezasseis, dezassete, dezoito, dezanove, trinta e nove, quarenta e sete e quarenta e nove, reuniu a Comissão, nomeada para o efeito, presidida pelo Chefe de Divisão de Gestão Financeira, Dr. Hugo Miguel Carrondo Gonçalves, pela Técnica Superior Dra. Filipa João Batista Silvestre, pela Coordenadora Técnica, Maria da Conceição Lucas Antunes.-----

Após os esclarecimentos dados das condições impostas no respetivo Edital, que regulamentam esta arrematação, eram dezoito horas e trinta minutos quando se iniciou a sessão referente ao ato público, no qual poderiam estar presentes quaisquer interessados. -----

Inicialmente foi aberto um período destinado a que os interessados fizessem a sua inscrição enquanto licitantes, tendo-lhes sido atribuído o número de licitante. -----

Fizeram a sua inscrição, os interessados: -----

- Iva Susana Caniceiro Gonçalves, em representação da Sociedade Somitel – Telecomunicações S.A., ao qual foi atribuído o número 1; -----
- Ana Isabel de Araújo Peixoto, ao qual foi atribuído o número 2; -----
- Raquel Sofia Horta Francisco, ao qual foi atribuído o número 3; -----
- Ricardo José Viveiros Saldanha, ao qual foi atribuído o número 4; -----
- Fernando Jorge Freitas Bernardino, ao qual foi atribuído o número 5; -----
- Fernando Duarte Rodrigues, ao qual foi atribuído o número 6; -----
- Helena Maria Martins, ao qual foi atribuído o número 7; -----
- Manuel Silva Garcia, ao qual foi atribuído o número 8; -----
- Paulo Francisco Pereira, ao qual foi atribuído 9; -----
- Vítor Manuel Alcobia Peixoto, ao qual foi atribuído o número 10; -----
- Aníbal dos Santos Mateus, ao qual foi atribuído o número 11. -----

Nesse seguimento, foi aberto um período destinado a esclarecimento de dúvidas, tendo-se clarificado que o pagamento do valor da arrematação, assim como dos respetivos encargos que terão de ocorrer no dia útil seguinte. -----

Foi dado início às licitações, começando por ser objeto de licitação as lojas do exterior, números 39, 47 e 49, cujo valor base de licitação era de €500,00. -----

Relativamente à **loja 39**, apresentaram-se à licitação os licitantes números 1 e 2, que efetuaram lanços sucessivos, tendo a referida loja sido atribuída ao licitante número 1, Iva Susana Caniceiro Gonçalves, em representação da Sociedade Somitel – Telecomunicações S.A. pelo valor de €2 650,00. -----

Relativamente à **loja 47**, apenas efetuou licitação o licitante número 5, Fernando Jorge Freitas Bernardino, sendo-lhe assim atribuída a referida loja, pelo valor de €510,00. -----

Relativamente à **loja 49**, apenas efetuou licitação o licitante número 3, Raquel Sofia Horta Francisco, sendo-lhe assim atribuída a referida loja, pelo valor de €510,00. ---

De seguida, foi dado início à licitação das lojas números 11, 16, 17, 18 e 19, do interior do Mercado Diário Municipal, cujo valor base de licitação era de €100,00. ---

Relativamente à **loja 11**, sem possibilidade de abertura para o exterior, apenas efetuou licitação o licitante número 6, Fernando Duarte Rodrigues, sendo-lhe assim atribuída a referida loja, pelo valor de €110,00. -----

Relativamente à **loja 16**, com possibilidade de abertura para o exterior, apresentaram-se à licitação os licitantes números 7 e 10, que efetuaram lanços

sucessivos, tendo a referida loja sido atribuída ao licitante número 10, Victor Manuel Alcobia Peixoto, pelo valor de €500,00. -----

Relativamente à **loja 17**, com possibilidade de abertura para o exterior, apresentaram-se à licitação os licitantes números 4 e 10, que efetuaram lanços sucessivos, tendo a loja sido atribuída ao licitante número 4, Ricardo José Viveiros Saldanha, pelo valor de €680,00. -----

Relativamente à **loja 18**, com possibilidade de abertura para o exterior, apresentaram-se à licitação os licitantes números 2 e 4, que efetuaram lanços sucessivos, tendo a referida loja sido atribuída ao licitante número 4, Ricardo José Viveiros Saldanha, pelo valor de €2.520,00. -----

Relativamente à **loja 19**, com possibilidade de abertura para o exterior, apresentaram-se à licitação os licitantes números 2 e 9, que efetuaram lanços sucessivos, tendo a referida loja sido atribuída ao licitante número 2, Ana Isabel de Araújo Peixoto, pelo valor de €510,00. -----»

- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade, homologar a respetiva Ata.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 7

6276/14 – REQUALIFICAÇÃO DOS ACESSOS AOS CASAIS FORMIGOS E CASAL VIDIGAL – ACORDOS DE CEDÊNCIA DE ÁREA

- Presentes os Acordos de Cedência de áreas, celebrados entre o Município e os respetivos proprietários das áreas cedidas, no âmbito da empreitada da Requalificação dos Acessos aos Casais Formigos e Casal Vidigal.

- A Câmara tomou conhecimento.

- Este assunto foi aprovado em minuta, para produzir efeitos imediatos.

OBRAS MUNICIPAIS

PONTO 8

3941/16 – RECUPERAÇÃO DO PAVILHÃO GIMNODESPORTIVO DA EB 2,3 DR. RUY D'ANDRADE – PROJETO DE EXECUÇÃO

- Da Arquiteta, Telma Domingues, da DGUO – Divisão de Gestão Urbanística e Obras, foi presente a seguinte informação:

«No decurso do procedimento para aquisição de serviços de realização do projeto de execução das especialidades da “Recuperação do Pavilhão Gimnodesportivo da EB 2,3 Dr. Ruy d’Andrade”, após entregues os elementos que constituem o projeto de execução pela entidade contraente, ekleipsis, projetos e Construção Civil, Lda., vimos submeter a decisão superior à sua aprovação.

A construção do projeto importa segundo a estimativa orçamental no valor de 575.565,22€ + IVA.

Anexa-se declaração de aceitação, emitida pela DGUO, após reuniões técnicas com o contraente e revisão por equipa multidisciplinar, um exemplar do projeto global de execução (em formato papel e digital).»

- A Câmara, deliberou por unanimidade, aprovar e rubricar o projeto de execução e restantes documentos do processo.

- O Vereador Sr. Rui Gonçalves, fez a seguinte declaração de voto:

"Lamento também que as opções deste governo tenham, aparentemente, deixado de considerar prioritário o investimento em infraestruturas escolares, nomeadamente no que concerne ao financiamento nacional e que constava das previsões do anterior governo, que afeta o nosso concelho no que respeita à obra

do Pavilhão desportivo da Escola Rui d'Andrade que havia sido incluído no mapeamento de investimentos a realizar, mas que agora parece que só são possíveis se os municípios assegurarem a componente nacional do financiamento."
- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 9

1087/16 – CEMITÉRIO MUNICIPAL – AMPLIAÇÃO – 2.ª FASE – NOMEAÇÃO DE JURI E RELATORIO FINAL

- Da Eng.ª Civil, Patrícia Anacleto, da DGUO - Divisão de Gestão Urbanística e Obras, foi presente a seguinte informação:

«Venho informar da necessidade da nomeação do júri do procedimento da empreitada de “Ampliação do Cemitério Municipal – 2.ª Fase”, nos termos do art.º 67.º do CCP, com a respetiva delegação das competências descritas no art.º 69.º do mesmo código.

Propõe que a constituição do júri seja a seguinte:

Membros efetivos – Presidente: José Blazer, Eng.º; Patrícia Anacleto, Eng.ª; Filipa Silvestre, Dr.ª;

Membros suplentes – Nuno Carda, Eng.º; Paula Cardoso, Assistente Técnica.»

Presente também o Relatório Final, no qual se propõe a adjudicação à Firma EcoEdifica – Ambiente e Construções, SA., pelo valor de 96.400,77€.

- A Câmara, de acordo com a informação dos serviços, deliberou por unanimidade, ratificar a nomeação do júri e o Relatório Final, adjudicando à Firma EcoEdifica – Ambiente e Construções, SA., pelo valor de 96.400,77€.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

OBRAS PARTICULARES

PONTO 10

10676/15 - PROC.º OBRAS N.º 12/2013 – CASA DO BENFICA NO ENTRONCAMENTO – PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS DO ALVARÁ DE LICENÇA DE OBRAS

- Da Assistente Técnica, Paula Cardoso, da Divisão de Gestão Urbanística e Obras, foi presente a seguinte informação relativa ao pedido de isenção do pagamento das taxas de emissão do Alvará de licença e obras, referente ao processo de obras número 12/2013, em nome da Casa do Benfica no Entroncamento, na rua 5 de Outubro, números 72 e 74, nesta cidade:

«Apresenta a “Casa do Benfica no Entroncamento” um pedido de isenção do pagamento das taxas referentes à emissão do Alvará de licença de obras que se refere à alteração de estabelecimento para sede da Casa do Benfica com estabelecimento de restauração e bebidas.

Assim e de acordo com a Escritura apresentada, que se encontra no anexo 8, trata-se de uma Associação cultural, desportiva e recreativa, sem fins lucrativos, que tem por fim promover as relações de convívio social, nomeadamente as de cariz cultural, desportivo e recreativo, entre os seus associados.

As taxas respeitantes à emissão do alvará de licença de obras/área/prazo importa no valor de 407,85 € (quatrocentos e sete euros e oitenta e cinco euros).

O n.º 3 do artigo 39.º do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação do Concelho do Entroncamento refere que:

Às pessoas (...) às entidades que na área do Município prosseguem fins de relevante interesse público (...) são aplicáveis as taxas previstas na Tabela anexa ao mesmo, reduzidas até ao máximo de 100%.

Tal isenção e redução encontra-se igualmente prevista no n.º 3 do artigo 50.º do Regulamento que se encontra atualmente em vigor.

Em face do exposto, poderá a Excelentíssima Câmara, caso entenda, e de harmonia com o previsto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 39.º do RMUE, deliberar no sentido da redução do valor de 407,85 € até ao máximo de 100%.»

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por unanimidade, reduzir o valor das taxas até 100%, ou seja, isentar a Casa do Benfica no Entroncamento, do pagamento de taxas do alvará de licença de obras no valor de 407,85 €, de acordo com esta informação.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 11

3179/16 - PROC.º OBRAS N.º 33/2012 – MOTOCLUBE “OS FENÓMENOS” DO ENTRONCAMENTO – PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS DO ALVARÁ DE LICENÇA DE OBRAS

- Da Assistente Técnica, Paula Cardoso, da Divisão de Gestão Urbanística e Obras, foi presente a seguinte informação relativa ao pedido de isenção do pagamento das taxas de emissão do Alvará de licença e obras, referente ao processo de obras número 33/2012, em nome do Motoclube “Os Fenómenos” do Entroncamento, no Parque do Bonito, nesta cidade:

«Apresenta o Motoclube “Os Fenómenos do Entroncamento” um pedido de isenção do pagamento das taxas referentes à emissão do Alvará de Licença de Obras respeitante à alteração e ampliação do edifício sede sito no Parque do Bonito, processo a decorrer no MGD 13907/14.

De acordo com os documentos apresentados, trata-se de uma Associação Voluntária sem fins lucrativos, cujo objeto é promover o motociclismo e as suas vertentes em geral, colaborar com outras Associações congéneres e outras que se dedicam ao motociclismo. (Diário da República, 2ª. Série – n.º. 106 de 01 de junho de 2007 - Anúncio (extrato) 3263/2007.

Relativamente às taxas respeitantes ao licenciamento (licença de obras) refere o n.º 3 do art.º 39.º do RMUE que: Às pessoas (...) às entidades que na área do Município prosseguem fins de relevante interesse público (...) são aplicáveis as taxas previstas na Tabela anexa ao mesmo, reduzidas até ao máximo de 100%.

Tal isenção e redução encontra-se igualmente prevista no n.º 3 do artigo 50.º do Regulamento que se encontra atualmente em vigor.

Em face do exposto, poderá a Excelentíssima Câmara, caso entenda, e de harmonia com o previsto nos n.ºs 3 e 5 do art.º 39.º do RMUE, deliberar no sentido da redução do valor a pagar, até ao máximo de 100%.»

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por unanimidade, reduzir o valor das taxas até 100%, o Motoclube “Os Fenómenos” do Entroncamento, do pagamento de taxas do alvará de licença de obras, de acordo com esta informação.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 12

13907/14 – PROC.º DE OBRAS N.º 33/2012 – MOTOCLUBE “OS FENÓMENOS” DO ENTRONCAMENTO – ALTERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE EDIFÍCIO PARA SEDE - REVALIDAÇÃO

- Presente o processo de obras número 33/2012, em nome de Motoclube “Os Fenómenos” do Entroncamento, referente à revalidação do processo e renovação da licença anterior, respeitante à alteração e ampliação de edifício para sede, no Parque do Bonito, nesta cidade, conforme projetos juntos.

- O Eng.º Civil, Joaquim Canteiro, da DGUO - Divisão de Gestão Urbanística e Obras, emitiu, o seguinte parecer:

«Apresentam os requerentes um pedido de renovação do processo de licenciamento e reaprovação do projeto referente à alteração e ampliação de edifício, no local em título, em virtude de a anterior licença, ter caducado em 22.10.2013, sendo necessária para continuação da obra uma nova licença de construção, nos termos do Art.º 72.º do Dec-Lei n.º 555/99 e posteriores alterações. Foi feito em 04.11.2014 um pedido idêntico para novo licenciamento, que foi deferido em 19.11.2014, mas cuja licença acabou por não ser levantada.

A obra está em fase inicial de acabamentos.

As condições que conduziram à anterior aprovação mantêm-se, não há lugar a pareceres exteriores e tendo em consideração o estado de execução da obra, entendemos que se poderá renovar a aprovação do projeto de arquitetura.

Pelos mesmos motivos não se justifica a entrega de novos projetos das especialidades ou quaisquer outros elementos, pelo que poderá fazer-se já a nova aprovação final.»

- A Câmara, deliberou, por unanimidade, aprovar o processo de acordo com o parecer.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 13

3087/16 – PROC.º DE OBRAS N.º 01/2016 – LIDL & COMPANHIA – ALTERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE LOJA ALIMENTAR (SUPERMERCADO) – PROJETO DE ARQUITETURA

- Presente o processo de obras número 01/2016, em nome de Lidl & Companhia, referente à alteração e ampliação de loja alimentar (supermercado), na rua Dr. Francisco Sá Carneiro, número 59, nesta cidade, conforme projeto de arquitetura que junta.

- O Arquiteto, José Tavares, da DGUO - Divisão de Gestão Urbanística e Obras, emitiu, o seguinte parecer:

«Refere-se este projeto à proposta de alteração e ampliação da loja de produtos alimentares LIDL localizada na rua Dr. Francisco Sá carneiro, n.º 59.

Apura-se uma ampliação de 302.36m² o que confere ao edifício a área bruta total de 2156.37m². É proposta essencialmente a poente, na zona da entrada, ocupando uma fila do atual estacionamento.

A área de loja, destinada ao uso do público mantem-se concentrando as alterações na reorganização do funcionamento do edifício. Apresenta modificações estéticas nas fachadas em consequente adaptação à nova organização interior.

Aquando da sua construção o edifício já possuía área superior 1200m² e por isso impacte semelhante ao de um loteamento, tendo sido determinado o pagamento das compensações correspondentes a 925.53m² por áreas não cedidas.

As cedências agora a efetuar correspondem à área proposta de ampliação e são, de acordo com a portaria n.º 216-B/2008 de 3 de março, 84.60m² para espaços verdes e 76.59m² para equipamentos. É de referir que só serão consideradas cedências para espaços verdes áreas superiores a 120m² de acordo com a alínea b) do artigo 13 do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação (RMUE).

Estas áreas não são propostas no projeto, no entanto poderão dar lugar ao pagamento das taxas compensatórias referentes às áreas não cedidas de acordo com o RMUE.

Prevê alargamento do estacionamento automóvel para 125 lugares + 4 para mobilidade condicionada, sendo o cálculo corresponde à exigência do PDM (39 lugares) assim como do Decreto-lei 163/2006 de 8 de Agosto (4 lugares).

Algumas plantas apresentam sobreposição de levantamento topográfico mais antigo e ultrapassado em conjunto com a proposta prejudicando a leitura das plantas. Também o totem publicitário muda de localização sem que seja representado na planta com as alterações (cores convencionadas).

Considera-se que, embora se encontre regulamentar, a acessibilidade na zona da entrada do espaço comercial apresenta fraqueza no que respeita à circulação de pessoas com mobilidade condicionada e conseqüentemente ao trânsito regular dos carrinhos de compras.

A proposta mostra-se reveladora de parecer favorável por parte destes serviços, propondo-se aprovação do projeto de arquitetura.

Deve ser solicitada a apresentação, no prazo de 30 dias, dos projetos de especialidades nos termos do n.º 4 do art.º 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-lei n.º 136/2014 de 9 de setembro.

Aquando da entrega de especialidades deverá apresentar peças desenhadas com a inserção correta do totem e sem elementos topográficos ultrapassados, assim como os elementos em falta mencionados na informação preliminar.»

- A Câmara, deliberou, por unanimidade, aprovar o projeto de acordo com o parecer.

O Vereador Sr. Carlos Matias, fez a seguinte declaração de voto:

«A título excepcional, aprovo este projeto, porque, apesar do défice de áreas de cedência, se trata de uma zona urbanisticamente consolidada, esse défice é muito reduzido e já existe no terreno privado uma pequena zona verde, geralmente bem cuidada e aberta ao usufruto público.»

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 14

2444/16 - PROC.º DE OBRAS N.º 22/2014 – SUSANA MARIA LOURENÇO ALVES – AMPLIAÇÃO/ALTERAÇÃO MORADIA – PROJETO DE ARQUITETURA

- A Câmara, deliberou por unanimidade, retirar este processo para análise em próxima reunião.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 15

1967/16 - PROC.º DE OBRAS N.º 102/1985 – JOSÉ HENRIQUES ALFAIATE PEREIRA – ALTERAÇÕES EM MORADIA UNIFAMILIAR (LEGALIZAÇÃO DE ANEXO E MURO DE VEDAÇÃO) – REVALIDAÇÃO E DECISÃO FINAL

- Presente o processo de obras número 102/1985, em nome de José Henriques Alfaiate Pereira, referente às alterações em moradia unifamiliar, legalização de anexo e muro de vedação, na rua Duque de Saldanha, lote 51, nesta cidade, no seguimento do deferimento do projeto de arquitetura e apresentação dos projetos das especialidades.

- A Câmara, deliberou, por unanimidade, aprovar o processo de acordo com o parecer do Técnico Superior Eng.º Civil Joaquim Canteiro, da DGUO - Divisão de Gestão Urbanística e Obras, emitido em 12/04/2016.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

ANEXOS

Ponto 2 (SGD 3923/16)

Anexo 2.1

Intervenção do Vereador Sr. Carlos Matias:

«Começo por agradecer a disponibilidade para uma reunião prévia informal, a que não pude comparecer por imprevistos motivos de agenda que, oportunamente, expliquei ao Sr. Presidente. Esse parece-me um bom caminho no relacionamento de trabalho com as diversas forças partidárias representadas nos órgãos do município.

O ano transato teve algumas singularidades do ponto de vista político, com repercussões nos planos económico e financeiro.

Sendo ano de eleições legislativas, assistiu-se a alguma recuperação de rendimentos e de poder de compra. Quanto às alterações no quadro partidário resultantes das eleições essas só a pouco e pouco se traduzirão nos planos económico e financeiro.

De qualquer forma, o facto de terem ocorrido eleições legislativas e de delas ter resultado uma mudança de governo devem ser encarados como acontecimentos perfeitamente normais em democracia. Portanto, cremos inapropriada a referência “instabilidade governativa” que (supostamente) “se vive atualmente”, quando, no documento, se enquadra o exercício municipal durante o ano passado.

Muito resumidamente, valorizamos positivamente o esforço de rigor no exercício, com redução da dívida e de forte redução das despesas correntes. Assim como valorizamos positivamente o aumento da taxa de execução.

Registamos, no entanto, um atraso no cumprimento do próprio programa de investimentos da atual maioria.

Sabemos estar no início de um novo ciclo de financiamentos da UE e que esta fase de transição cria dificuldades. Mas o atraso existe e não podemos ignorá-lo pois estará a frustrar as expectativas de muitos munícipes.

Algumas observações sobre receitas e despesas.

O IMI teve receitas muito em linha com o previsto. Será de esperar alguma nova redução desta receita, com a aproximação ao valor prometido pelo PS em campanha eleitoral e --- o que é novo --- com a reposição da cláusula de salvaguarda assumida pelo atual governo.

O IUC, sendo uma receita significativa, também baixou em 2015. Provavelmente devido ao envelhecimento e redução da modernização do parque automóvel, nos anos mais recentes., com redução do imposto médio cobrado por viatura. É de crer que alguma reanimação no mercado automóvel possa induzir uma nova subida na receita deste item, já este ano.

No que se refere ao IMT, não fora uma receita algo extraordinária num único caso e prosseguiria a tendência de queda, resultante da quase paragem na construção e transação de imóveis.

Também aqui, na venda de habitações, nos chegam notícia de alguma reanimação, pelo que talvez seja (pelo menos) sustida a queda dos últimos anos no IMT.

Quanto à derrama, a respetiva receita tem vindo a descer nos últimos anos, resultado da conjuntura económica particularmente desfavorável. Registamos, pela segunda vez, a total ineficácia dos mecanismos de incentivos criados pela maioria, em 2015 não aplicados a uma única empresa.

A repetição desta ineficácia deveria ter levado a maioria a mudar de agulha e a ter aceite a proposta de isenções avançada pelo Bloco de Esquerda ---- se de facto quisesse apoiar as empresas através de algumas isenções na derrama.

De facto, pela insistência num mecanismo falhado, parece que apenas se pretende criar a ideia de que se está a apoiar quando de facto não se apoia empresa nenhuma. Publicidade enganosa, portanto. E, ainda por cima, a custo zero. Adiante.

Revemo-nos inteiramente na avaliação da regressão da receita sobre loteamentos, que vem regredindo de modo insustentável. Contribuem para “as dificuldades financeiras do município, num quadro ainda recentemente reintroduzido pelo Regime Financeiro das Autarquias Locais, o qual, mantendo as receitas ligadas ao imobiliário e construção civil como a espinha dorsal da autonomia financeira do poder local, não apontou caminhos alternativos para sustentabilidade financeira autárquica.”

Uma nota para a assinalável recuperação da receita relativa à percentagem de 5% sobre a receita global do IRS cobrado no concelho. Passou de cerca de 812 mil euros em 2014 para cerca de 1 milhão e 560 mil euros.

Este aumento dever-se-á, por um lado, à recuperação de rendimentos de trabalhadores durante o ano passado, que como sublinhámos, sendo ano de eleições, é época propícia à ocorrência destes pequenos milagres. Provavelmente, dever-se-á ainda a uma maior eficácia de cobrança.

Como todos sabemos, a cobrança de impostos é a máquina que melhor funciona no nosso país. E está em contante aperfeiçoamento!

Relativamente a despesas correntes, duas ou três observações, relativamente aos consumos da água, do gasóleo e da eletricidade.

Em relação ao consumo da água, cuja despesa reduziu em cerca de 10%, gostaríamos de ter informação sobre o volume de perdas. O ano passado, por esta altura, as perdas andavam na casa dos 35% e não deve ter ocorrido diferença significativa para este ano. A rede em baixa está envelhecida nalgumas zonas da cidade e deverá ser encarado o problema da sua renovação.

Por razões de ordem económica e ambiental, preocupa-nos muito o ataque às perdas ser inexistente, não recorrendo a alguns bons exemplos de outras autarquias.

Quanto aos 17% de redução de consumos de gasóleo --- uma baixa assinalável, mas ainda assim sendo de 124 mil euros o consumo --- gostaríamos de a comparar com a quebra de receitas nos TURE, cuja evolução não encontrei no documento. Apenas sabemos que a receita foi de pouco mais de 85 mil euros.

Renovo a minha sugestão para uma política comercial mais agressiva, para os TURE. Apenas será preciso copiar alguns bons exemplos e um esforço de criatividade.

Relativamente à eletricidade, outro item relevante, diz-se que não baixou o consumo. Um caso a seguir, pois é suposto que a adoção de tecnologia LED permitiria baixar os consumos.

Quanto às receitas e despesas de capital, a sua evolução está associada ao baixo nível de investimento.

No ano passado, por esta altura já aqui se falava “na fase final de um ciclo de investimentos”, como explicação para o baixo investimento no ano anterior. Findo o ciclo anterior, o novo ciclo tarda de mais a tomar balanço...

E, entretanto, continuamos sem qualquer perspetiva para uma boa Biblioteca, para uma recuperação de fundo do mercado municipal. Quanto ao Cine Teatro S. João,

apesar de chegar a ser falada a sua reabertura, ainda não foi em 2015 e, com algum otimismo talvez ainda este ano.

Este baixo volume de investimento é nota negativa, num quadro de gestão que, reafirmamos, se nos afigura rigorosa e com alguns traços positivos.»

ENCERRAMENTO DE REUNIÃO

ENCERRAMENTO DE REUNIÃO

- E nada mais havendo a tratar, o Excelentíssimo Presidente, declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, foi pela Assistente Técnica, na Secção da Secretaria Geral de Apoio aos Órgãos Autárquicos, elaborada a presente ata, que vai assinar juntamente com o Senhor Presidente.

O Presidente da Câmara Municipal,

Assistente Técnica
